



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

GEOGRAFIA NA CONTRAMAÇÃO DA BNCC: análise crítica do curto-circuito curricular no ensino médio

LUCINDA DA SILVA FERNANADES¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

RESUMO

Este trabalho faz parte de um recorte de um capítulo de uma dissertação de Mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino PPGEn, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) através do processo nº. 1721/2024. O presente estudo busca refletir. O estudo parte da seguinte questão: para onde caminha o ensino da Geografia com a implementação da BNCC? Qual papel esta disciplina vem exercendo na formação do educando no Ensino Médio? Com o objetivo de analisar a consolidação da Reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC para o ensino de geografia, enfatizando o futuro que a disciplina terá na última etapa da educação básica. Utilizamos uma abordagem qualitativa com pesquisa documental e bibliográfica, utilizamos a técnica da Análise Temática (Braun, Clark (2006) apud Gil(2025). Por ser uma pesquisa em andamento, os resultados preliminares indicam que a BNCC prioriza um ensino focado em competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado de trabalho, e isso poderá impactar a capacidade de reflexão crítica autônoma e cidadã na formação do educando.

Palavras-chave: BNCC. Ensino de Geografia. Reforma do Ensino Médio.

Introdução

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio vem provocando discussões por parte de autores como Frigotto; Ciavatta (2003); Ferretti (2018), Freitas (2012), uma vez que a consolidação da Reforma do Ensino Médio tem gerado especulações a respeito do sucateamento curricular de algumas áreas do conhecimento, principalmente a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sobretudo no ensino de geografia.

A Geografia escolar, no Ensino Médio, encontra-se em um cenário de disputa, especialmente diante das recentes reformas educacionais implementadas com a promulgação

¹ Mestranda no Programa de pós-graduação em Ensino-PPGen, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Campus de Vitória da Conquista. Especialista em Práticas Docentes Interdisciplinares-UNEB/Campus VI- Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus VI- Caetitê-BA. Correio eletrônico: 2024M0241@uesb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5730-121X>. Lattes: <https://laattes.cnpq.br/8970904728431428>.

Esta pesquisa foi Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), processo nº.1721/2024.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

da BNCC e do Novo Ensino Médio². Tais reformas, sob forte influência de organismos internacionais e alinhadas a uma lógica neoliberal, vêm impondo uma reestruturação curricular que tem comprometido a função social da escola e a formação crítica dos estudantes. Nesse contexto, o ensino da Geografia sofre uma descaracterização em sua essência, sendo reduzido a uma perspectiva tecnicista, fragmentada e voltada para o desenvolvimento de competências³ e habilidades, em detrimento da construção de um conhecimento crítico e reflexivo.

Nessa perspectiva buscamos aprofundar na BNCC, em relação ao ensino de Geografia no Ensino Médio, atentando-nos para os conceitos que a Base descreve para e para o futuro dessa disciplina na última etapa da educação básica, diante da consolidação e implementação do Novo Ensino Médio. Observa-se que, diante da implementação do ensino integral nas escolas brasileiras, a Geografia vem sendo suprimida⁴ do currículo escolar, entrando num jogo de disputas e buscando espaço entre os chamados itinerários formativos.⁵

Com isso, é válido nos questionarmos: para onde caminha o ensino da Geografia com a implementação da BNCC? Qual papel essa disciplina exerce na formação do educando no Ensino Médio? Estes questionamentos repercutem nas discussões de autores como Cavalcanti (2019), Nascimento (2024), Straforini (2018) entre outros, que problematizam como a

² Em 2016, a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 é assinada pelo pelo Presidente Michel Temer, recém-empossado, após a destituição de Dilma Rousseff. A promulgação dessa MP e sua conversão na Lei nº 13.415, em Fevereiro de 2017, oficializaram a expressão Novo Ensino Médio (NEM). (Dourado, 2024, p.12).

³Na BNCC, competência, é definida como, “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p, 8).

⁴ Conforme Luz Neto(2021)_Essa supressão se manifesta principalmente pela redução da carga horária e pela diluição da disciplina em áreas do conhecimento, o que, para muitos pesquisadores, compromete a formação crítica dos estudantes. Para Luz Neto (2021), a BNCC não contempla de forma explícita a função do ensino de Geografia para o Ensino Médio. Embora a “apropriação de conceitos” e o “exercício da cidadania” figurem na BNCC como processo e objetivo de ensino-aprendizagem da Geografia. Verifica-se potenciais problemas quanto ao encaminhamento de sua mediação didática. Sobretudo, pelo fato de que a Geografia enquanto disciplina só é reconhecida na base curricular do Ensino Fundamental, e suprimida nominalmente do currículo do Ensino Médio, tratada ali somente como parte da grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Reis, 2020, p. 38 apud Luz Neto, 2021, p.389).

⁵ No Brasil, a expressão “Itinerário formativo” tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às reformas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional. (Brasil, 2018, p.468).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Geografia contribui para a formação do educando na educação básica.

Diante desse cenário, o presente artigo constitui um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Ensino-PPGEn(UESB) e busca analisar a consolidação da Reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC, com foco nos conceitos que a Base descreve para o ensino de Geografia, enfatizando o futuro dessa disciplina na última etapa da educação básica. Trata-se de uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa, utilizando a técnica da Análise Temática, inspirada nos estudos de Gil (2025) que traz a apresentação dos estudos de Braun e Clark (2006) .

A Consolidação da Reforma o Ensino Médio e o futuro do ensino de Geografia na Educação Básica

A implementação da BNCC para o Ensino Médio representa um marco considerável na reestruturação curricular brasileira. Diante de tantas discussões e desafios, a consolidação da Reforma do Ensino Médio trouxe dúvidas quanto ao futuro das áreas do conhecimento na última etapa da Educação Básica. Para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que engloba o ensino de Geografia, a BNCC propõe a integração dos saberes e o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes.

Nessa seara, Cavalcanti (2019, p.62) nos questiona: “Qual pode ser a contribuição efetiva e peculiar da Geografia que justifica sua permanência como disciplina na escola básica? No mesmo sentido, Straforini(2018, p.175) pergunta: “por que defendemos a presença da Geografia como componente curricular na escola? Acrescentamos ainda outro questionamento a essa discussão: o que perdem os alunos da Educação Básica— e a sociedade — quando um currículo reduz a carga horária, limita e camufla a importância do ensino da Geografia nas salas de aula das escolas brasileiras?

Nesse viés, a Geografia, enquanto componente que se dedica à investigação e à compreensão do espaço geográfico, ganha destaque por sua capacidade única de estimular os educandos a refletir sobre a realidade e a desenvolver uma perspectiva crítica acerca do espaço em que estão inseridos. Ademais, como disciplina que compõe o currículo escolar, a ciência geográfica oferece a possibilidade de interpretação do mundo por meio das lentes do espaço,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

entendido como resultado das interações entre a natureza e a sociedade.

Além dessa perspectiva que busca apontar um caminho para responder os questionamentos de Straforini(2018) e Cavalcanti(2019), Guerra(2020, p.3) nos assegura que “[...] cabe à Geografia, na condição de disciplina escolar, capacitar o educando por fornecer os subsídios para o desenvolvimento da capacidade de compreender a realidade dentro da tessitura socioespacial”. Ainda com base nesse autor, a Geografia merece ter cadeira cativa na escola brasileira, pois é fundamental para a construção de uma formação cidadã. Logo, torna-se uma disciplina indispensável por contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, no que diz respeito aos aspectos sociais, políticos e econômicos que regem as relações entre os diferentes sujeitos. (Nascimento, 2024, p.35).

Nessas condições, é preciso observar como a BNCC estrutura a Geografia para o Ensino Médio e qual será o futuro dessa disciplina em meio a tantas mudanças em curso. Ademais, busca-se discutir as limitações, restrições e os efeitos negativos que a Reforma poderá trazer, não apenas para os estudantes, mas também para a sociedade. A Reforma do Ensino Médio foi promulgada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a qual alterou a LDBEN/1996. A mesma lei modificou as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, por meio da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.

Quando mencionamos os efeitos negativos —principalmente para o ensino de Geografia -- estamos nos referindo que a Reforma atinge diretamente os filhos da classe trabalhadora, visto que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio constituem uma combinação estratégica, conforme aponta Luz Neto (2021).

A reforma do Ensino Médio e a BNCC são estratégicas, não são fruto do acaso, pois atingem diretamente os estudantes dos filhos da classe trabalhadora. Consta-se, portanto, que o *modus operandi* dessa reforma aumenta o dualismo perverso da escola pública brasileira, para Libâneo (2012), esse dualismo se dar, pois de um lado a escola particular das classes mais ricas mantém os conhecimentos cientificamente produzido pela sociedade, por outro lado, tentam-se diluir conhecimentos da escola pública. Assim se dar o dualismo, escola do conhecimento para os ricos e do acolhimento social para os pobres. (Luz Neto, 2021, p.380).

Na visão do autor, a Reforma do Ensino Médio representa uma forte desigualdade educacional no Brasil. Observa-se, portanto, um dualismo⁶ entre a escola pública e a escola

⁶ Circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola tradicional, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

privada. Enquanto a escola particular — tratada pelo autor como escola “para ricos”— trabalha com os conhecimentos científicos culturalmente importantes, produzido pela sociedade, a escola “para pobres” (a escola pública) prioriza a flexibilização, reduzindo os conhecimentos científicos numa escala cada vez maior. Essa escola foca em um papel de ‘acolhimento social’, em detrimento da instrução formal. E quem é diretamente atingido por essa Reforma é a classe trabalhadora, ou, como menciona Luz Neto(2021), os filhos dos trabalhadores.

Sobre a Geografia, Cavalcanti (2010, p.3) enfatiza que ensinar conteúdos geográficos, “com a contribuição dos conhecimentos escolares, requer um diálogo vivo, verdadeiro, no qual todos, alunos e professores, têm legitimidade para se manifestar”. Essa manifestação, segundo a autora, deve ser feita, “com base no debate de temas realmente relevantes e no confronto de percepções, de vivências, de análises, buscando um sentido real dos conteúdos estudados para os alunos”. (Cavalcanti, 2010, p.3). Na mesma direção Nonato; Silva (2021), enfatizam que:

Diferente dos PCNEM e das OCNEM, a BNCC não trabalha com uma perspectiva disciplinar. Os conteúdos são definidos a partir de categorias, que se desdobram em competências e habilidades definidas de maneira ampla, sem considerar conceitos específicos de cada uma das ciências que compõe as áreas de conhecimento. Em meio a isso, identifica-se, no documento da BNCC, a ausência de um saber geográfico escolar autônomo, tendo em vista que, a amplitude das categorias não leva em conta as especificidades da ciência geográfica. Este fato pode comprometer a discussão e compreensão de conceitos importantes, caros à geografia e essenciais para a compreensão da dinâmica do espaço, em suas diferentes escalas e dimensões. (Nonato; Silva, 2021, p.94).

Nesse viés, os autores mostram que há um contraste entre os PCNEM, as OCNEM e a BNCC em relação à organização dos conteúdos. Enquanto os primeiros documentos propunham uma abordagem disciplinar, a BNCC define categorias amplas, sem indicar quais componentes curriculares devem trabalhar tais categorias. A crítica levantada é que a BNCC não considera as especificidades das disciplinas. Destas categorias derivam-se competências e habilidades, e nessas condições, não há, no documento da BNCC para o Ensino Médio, a presença de um saber geográfico escolar autônomo. Isso impede que os conceitos-base da geografia sejam trabalhados com a especificidade que exigem, o que poderá dificultar a

voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, as missões sociais de assistência e apoio às crianças. (Libâneo, 2012, p.16).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

compreensão, por parte dos alunos, de noções como espaço geográfico, lugar, território, região e paisagem.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para investigar o impacto da BNCC no Ensino de Geografia. A pesquisa qualitativa é fundamental para explorar contextos complexos e compreender as significações humanas, indo além de fenômenos quantificáveis. Segundo Denzin e Lincoln (2011, p.3, apud Creswell, 2014, p.49), “ela se baseia em práticas interpretativas que transformam a realidade em representações, como notas e registros, permitindo uma análise aprofundada dos fenômenos em seu ambiente natural”.

O procedimento metodológico é de natureza documental, tendo como fonte principal a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na etapa do Ensino Médio, com o foco específico na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, dentro dela, na Geografia. A pesquisa documental, segundo Pádua (1997, p. 62), “utiliza documentos autênticos, contemporâneos retrospectivos, para descrever e comparar fatos sociais”. Além disso, a pesquisa considerou ainda produções críticas referenciais teóricas sobre currículo e políticas educacionais, que auxiliaram na interpretação.

A interpretação dos dados foi conduzida com base na inspiração da Análise Temática. Adotamos essa técnica inspirados em Gil (2025), que apresenta os estudos de Braun e Clarke (2006). O autor define a Análise Temática como:

Um método que visa identificar, analisar e relatar padrões (temas) presente em um conjunto de dados. Basicamente, ela organiza e descreve o conjunto de dados em detalhe possibilitando mapear as ideias e os conceitos neles presentes e identificar regularidades no discurso dos participantes. (Gil, 2025, p.87.).

A utilização dessa técnica de análise de dados justifica-se por não se limitar apenas à análise descritiva, mas por buscar compreender a contribuição dos dados investigados para a construção do conhecimento, por meio da interpretação. A escolha dessa abordagem ocorreu devido à sua flexibilidade e capacidade de articular dos dados descritivos e analíticos, indo além da mera enumeração de ocorrências para alcançar uma compreensão interpretativa.

A análise seguiu alguns passos da Análise Temática: familiarização dos dados; geração



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES, PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

de códigos iniciais; busca por temas, revisão de temas e definição e nomeação dos temas. O Quadro 01, apresenta os códigos iniciais.

Quadro 1: Códigos iniciais

Código Inicial	Descrição
Organização curricular por áreas e competências gerais	Estrutura curricular proposta pela BNCC, orientada por áreas de conhecimento e competências amplas.
Itinerários formativos e redução de carga horária das disciplinas clássicas	Reforma do Ensino Médio que flexibiliza o currículo, mas diminui tempo destinado a disciplinas como Geografia.
Geografia integrada às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Perda de autonomia disciplinar e fusão da Geografia com outras áreas.
Abordagem superficial de conceitos geográficos	Conceitos como território, espaço e lugar aparecem descontextualizados.
Priorização do pragmatismo sobre a análise crítica	Ênfase nas competências práticas e resolução de problemas em detrimento da reflexão.
Tratamento genérico da Geografia	Redução da especificidade e potencial formativo da disciplina.
Desigualdades entre escolas públicas e privadas	Impactos desiguais da reforma em diferentes contextos socioeconômicos.
Currículo orientado pela lógica de mercado	Ênfase na empregabilidade e na teoria do capital humano.
Dificuldades docentes na implementação	Falta de formação e sobrecarga de trabalho para professores.

Fonte: Elaborado pela autora(2025).

Na fase seguinte, reunimos os códigos em temas, agrupando os identificados no quadro 01 em subtemas e temas finais, como mostra o Quadro 02.

Quadro 02: Agrupamento temático(subtemas e temas finais)

Códigos Iniciais Relacionados	Subtema (quando aplicável)	Tema Final
Organização curricular por áreas e competências gerais; Itinerários formativos e redução de carga horária	Estrutura e fundamentos da BNCC e Reforma do Ensino Médio	Fundamentos e Estrutura da Reforma Educacional Brasileira
Geografia integrada às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Identidade da disciplina no currículo	O Ensino de Geografia na BNCC: uma análise crítica
Abordagem superficial de conceitos geográficos	Limites conceituais na BNCC	Restrição e superficialidade na abordagem de conceitos geográficos
Priorização do pragmatismo sobre a análise crítica	Instrumentalização do ensino	Competências e habilidades: pragmatismo e redução da reflexão crítica
Tratamento genérico da Geografia; Dificuldades docentes na implementação	Condições de trabalho e currículo	Formação docente, condições de trabalho e desafios de implementação
Desigualdades entre escolas públicas e privadas	Impactos educacionais e sociais	Efeitos socioeducacionais da Reforma do Ensino Médio



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Currículo orientado pela lógica de mercado	Ideologia e direcionamento político-econômico	Neoliberalismo e capital humano na orientação curricular
--	---	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Como a quantidade de temas era extensa para a discussão em um artigo, realizou-se a revisão e o agrupamento em um único tema central: Reconfiguração do ensino de Geografia no contexto da BNCC: entre a perda de identidade disciplinar, o esvaziamento conceitual e a subordinação à lógica de mercado”. Esse tema contemplou todos os demais e possibilitou que a análise temática identificasse e organizasse padrões presentes na BNCC relacionados ao ensino de Geografia, revelando tensões entre currículo oficial e demandas formativas, implicações para a prática docente e impactos sociais e políticos da Reforma do Ensino Médio.

Reconfiguração do ensino de Geografia no contexto da BNCC: entre a perda de identidade disciplinar, o esvaziamento conceitual e a subordinação à lógica de mercado

As grandes empresas financiam os projetos da educação para obter “vantagens”. Dessa forma, Uchôa et al(2020),apud Luz Neto(2024, p.382), enfatiza que “as grandes corporações econômicas financiam seus projetos educacionais e defendem o direcionamento para a dinâmica global do neoliberalismo⁷, pelo viés da educação empresarial, com grandes conglomerados econômicos”.

Esses conglomerados são corporações como a Unesco, Unicef, Itaú social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vanzolini, Fundação Casa, Instituto Votorantim, Fundação Fé e Alegria, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Expresso Itamarati , Samsung Electronics, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann e muitas outras empresas (Luz Neto, 2021).

Em seus escritos, Paraíso(2023), p.21) enfatiza que, “somos herdeiras de uma longa tradição de educar novas gerações, ensinar-lhes conhecimentos e saberes, governar suas

⁷ Segundo uma acepção muito difundida, o termo neoliberalismo se refere tanto a uma ideologia que defende um “retorno” ao liberalismo originário quanto a uma política econômica de retração do Estado que abre ainda mais espaço ao mercado. (Dardot e Laval, 2016, p.1). Ainda conforme os autores, o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (Dardot; Laval(2016, p.17).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

condutas, discipliná-las e formar seus hábitos e sentimentos para que vivam bem, o melhor possível”. Essa tradição, conforme a autora, é mais antiga do que podemos imaginar e não pode ser destruída nem negada. O professor precisa saber lidar e conviver com ela, mesmo que se posicione de forma contrária ao que está sendo implementado em relação às mudanças curriculares.

Mesmo quando, para educar as novas gerações, nos ocupamos à tradição; mesmo quando criticamos os seus equívocos e os seus efeitos negativos; mesmo quando dizemos que, dela, não esperamos nada, ainda é dela que estamos nos ocupando. Mesmo quando nos desdobramos para inventar o novo, para fabricar o que ainda não existe, é dessa tradição que estamos tratando. Estamos filiadas à tradição de educar novas gerações, mesmo quando criticamos seus dogmas, suas ferramentas, seu *modus operandi*, sua efetividade. (Paraíso, 2023, p.22).

Nesse viés, estamos fadados(as) a seguir uma tradição de educar, mesmo quando não concordamos com o modo de operar dos currículos estabelecidos e implementados para a educação brasileira. Ademais, mesmo critiquemos as características específicas da tradição—seus dogmas (crenças estabelecidas), suas ferramentas (métodos e recursos), seu *modus operandi* (maneira de operar) e sua efetividade (resultados) —, continuamos inseridos nela, que é a tradição “maior de fornecer o conhecimento para formar as novas gerações.

Há em torno da BNCC um forte discurso do governo e dos setores empresariais na mudança: do conhecimento, da escola, do currículo, da aprendizagem, dos alunos, dos professores. Um discurso de responsabilização individual, sobretudo dos professores, pelo sucesso ou fracasso da educação. (Dourado; Siqueira, 2019, p.295).

Os autores alertam que o discurso presente na BNCC traz uma simplificação dos desafios da educação, na qual toda a responsabilidade pelo que dará certo ou errado, a partir das orientações propostas no documento, recai sobre o professor da educação básica. Assim, se os resultados das avaliações externas, por exemplo, não forem positivos, a culpa recairá sobre o professor — mesmo sabendo que há fatores sociais, econômicos e políticos, externos à escola, que podem influenciar a qualidade da educação, bem como a aprendizagem dos estudantes.

Veremos algumas categorias explicitadas na BNCC do Ensino Médio. Porém, os conceitos apresentados na Base, ainda que saibamos que dialoguem com a ciência geográfica, não apresentam especificidade quanto a qual dos quatro componentes curriculares da área trabalhará com eles. “Na caracterização de tempo e espaço, a base define a importância de compará-los observando suas semelhanças e diferenças na busca de analisar, comparar e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

compreender as diferentes sociedades”. (Rocha, 2020, p.64). Vejamos o conceito de tempo e espaço na BNCC do Ensino Médio.

[...] definir o que seria o tempo é um desafio sobre o qual se debruçaram e se debruçam grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento. O **tempo** é matéria de reflexão na Filosofia, na Física, na Matemática, na Biologia, na História, na Sociologia e em outras áreas do saber. [...] por sua vez, a compreensão do espaço contempla as dimensões histórica e cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. **Espaço** está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas, mas também às movimentações das sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, distribuição e consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidade variados. (Brasil, 2018, p.551).

Nesse sentido, o texto cita que o conceito de tempo pode ser utilizado em diversas áreas do conhecimento; porém, a Geografia sequer é mencionada. Já em relação ao conceito de espaço, mesmo com a citação às representações cartográficas, observa-se que o documento deixa clara a ideia de que o espaço é um conceito que pode auxiliar na produção, incentivando a educação voltada para o mercado. Adrião e Peroni(2016) enfatizam que “O processo de privatização pode ocorrer via direção e execução (Peroni, 2015), e materializa-se em estratégia que incidem sobre a gestão, a oferta e o currículo nas escolas. [...] no caso da BNCC, a disputa ocorre pelo conteúdo da educação e sua transformação em mercadoria”. (Adrião; Peroni, 2018).

Dessa forma, entende-se que, quando dizem que a BNCC é uma continuação dos PCNs, autores como Giroto(2017), Peroni(2016), Gonçalves(2017) demonstram que o retrocesso da política curricular proposta pela BNCC para a Educação Básica no Ensino Médio ainda é maior que a dos próprios PCNs. No mesmo segmento dos conceitos de espaço e tempo, estão as categorias Território e Fronteira, conforme a BNCC:

O território engloba as noções de lugar, região, fronteira e, especialmente, os limites políticos e administrativos das cidades, estados e países, sendo, portanto, esquemas abstratos de organização da realidade. Associa-se a ele também a ideia de poder, jurisdição, administração e soberania, dimensões que expressam a diversidade das relações sociais e permitem juízos analíticos. (Brasil, 2018, p.552).

A Base específica que a categoria território engloba outras categorias importantes, como lugar e região, por exemplo, e, novamente, o documento não faz relação dessas categorias com a Geografia. Em relação ao conceito de fronteira, a BNCC enfatiza que esta categoria é



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

construída historicamente. “Ao expressar uma cultura, grupos, definem fronteiras, formas de organização social, e por vezes, áreas de confronto com outros grupos”. (Brasil, 2018, p.552).

Conforme (Santos, 2021), essas temáticas são apresentadas de maneira muito ampla na BNCC e nos oferecem elementos capazes de agregar-se a outros temas de ordem econômica, social, política, cultural e ambiental. “Além disso, elas permitem, sobretudo, a discussão dos conceitos veiculados por diferentes sociedades e culturas”. (Santos, 2021, p.477).

A base sugere que a categoria território engloba, entre outras, as noções de lugar e região, que também são categorias de análise próprias da Geografia. Todavia, deve-se observar que o território, presente em toda a espacialidade social, está relacionado com outras categorias apontadas, mas a bem do rigor teórico-metodológico e conceitual exigido pelo conhecimento científico, lugar e região como categorias de análise ou conceitos estruturantes próprios da Geografia não se subsume na de território na busca de explicação científica do espaço geográfico. As abordagens no documento das categorias Fronteira, Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética. Também não enfatizam quais disciplinas tratam com maior propriedade cada uma delas por constituírem objetos de conhecimento de suas ciências de referência. Apenas na categoria Política a base afirma uma visibilidade dentro da discussão de geopolítica. (Rocha, 2020, p.64-65).

Nesse viés, a redução dos conceitos como lugar e região ao território poderá prejudicar uma análise mais ampla do espaço geográfico. É dentro da categoria política que identificamos a geopolítica na discussão, fazendo, assim, uma referência à Geografia, mesmo que de forma implícita. Conforme a BNCC do Ensino-Médio:

[...]no mundo contemporâneo, essas questões são observadas tanto em escala local como global e ganham maior visibilidade na geopolítica, pois ela enuncia os conflitos planetários entre pessoas, grupos países e blocos transnacionais”. [...]. (Brasil, 2018, p.556).

Ademais, o documento explica a categoria política, faz uma ligação histórica em relação às maneiras de organização de Estado desde a Grécia Antiga e, no parágrafo seguinte, dá ênfase à geopolítica. Dessa forma, subentende-se que, nas entrelinhas do documento, está sendo feita uma referência desta categoria ao componente de Geografia. A seguir, buscamos apresentar as competências para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Quadro 03:

Quadro 3: Competências de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio.

Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional,



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular-Ensino Médio (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) (2018).

Ao realizar a leitura do quadro de competências específicas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, observa-se que a competência 2 poderá fazer uma relação direta com a Geografia, mesmo sem o documento explicitar sobre isso. De forma mais implícita, percebe-se que as demais competências também podem se relacionar com a Geografia, no que se refere à relação sociedade-natureza, cultura, economia, política, poder. No entanto, essa abordagem remete a uma perspectiva interdisciplinar, pois são termos que poderão ser utilizados nas demais disciplinas da área.

Ademais, observa-se, ainda, na competência 4, uma ligação direta com o mercado de trabalho: “analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios” (Brasil, 2018, p.576). Da mesma forma, na competência 6:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p.565).

Dessa forma, a formação do educando, proposta na BNCC, está voltada para o seu projeto de vida individual e não para a emancipação deste aluno na sociedade. Na sequência da explicação das categorias, o documento especifica habilidades para cada competência específica, e estas deverão ser desenvolvidas por meio de distintos arranjos curriculares, através dos itinerários formativos. (Nonato; Silva, 2021).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Os autores enfatizam, ainda, que o lugar da Geografia, com a Reforma do Ensino Médio encontra-se em um campo de incertezas, principalmente no que se refere à abordagem de conteúdos e ao seu espaço nos itinerários formativos, visto que, a cada portaria estabelecida pelos governos, a Geografia, assim como as demais ciências que não estejam atreladas à Língua Portuguesa e a Matemática, encontram-se em total desvantagem, já que, na Reforma do Ensino Médio essas disciplinas ocupam maior lugar de destaque.

Assim, observa-se que há uma lacuna muito vasta na BNCC em relação ao ensino de Geografia. Concordamos com Nonato e Silva (2021, p.94), ao afirmarem sobre “o que ensinar em Geografia e porque ensinar”, pois, apenas com as competências e habilidades postas na BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, não há como definir o que e como ensinar Geografia no Ensino Médio.

Outro fator a ser considerado como perda para a Geografia é o esvaziamento do pensamento crítico e reflexivo do aluno, o que pode compreender o conhecimento dos estudantes em relação ao espaço geográfico em que estão inseridos. Se, de fato, queremos defender a Geografia como um componente curricular com autonomia, concordamos com Giroto(2018),ao enfatizar que, por meio deste, “conhecimento, de suas linhagens e instrumentos, na formação de sujeitos capazes de compreender e transformar o mundo contemporâneo”. (Giroto, 2018, p.170). Conforme Cavalcanti (2010, p.3) “se a tarefa do ensino é tornar os conteúdos veiculados objetos de conhecimento para o aluno e se a construção do conhecimento pressupõe curiosidade pelo saber, esse é um obstáculo que precisa ser superado”.

Couto (2016), analisando a composição da Geografia na reforma do Ensino Médio, pontua que os objetivos das ciências humanas na BNCC reproduzem o problema da abrangência e da justaposição na definição da área; ou seja, os objetivos não estão expressos de forma clara, de forma que possa ser feita uma delimitação. A articulação conteúdo-método fica fragilizada na medida em que não está claramente estabelecido o papel da História, da Geografia, da Filosofia e da Sociologia na escola. Esse problema não é resolvido, uma vez que os objetivos de aprendizagem de cada componente curricular não estão expressos na BNCC do Ensino Médio. (Santos, 2021,p. 477).

Dessa forma, o documento da BNCC do Ensino Médio apresenta objetivos muito amplos e não delimita, de forma clara, o que cada uma das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas devem focar. Pela leitura nas entrelinhas do documento, o que conseguimos observar é uma tentativa de camuflagem dos objetivos das Ciências Humanas, como se os



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

objetivos fossem um espectro escuro que não nos permite enxergar o papel específico da Geografia e das demais disciplinas que compõem a área.

Considerações Finais

O presente estudo buscou mostrar os caminhos da Reforma do Ensino Médio com a BNCC, principalmente no que se refere ao futuro do Ensino de Geografia na educação básica. Os debates levantados mostraram que, em vez de fortalecer o componente, a implementação da BNCC gerou incertezas em relação à precarização da construção do saber geográfico na escola básica.

Nesta investigação documental, inspirada na Análise Temática (Braun e Clarke *apud* Gil, 2025) constatou-se que a organização curricular por áreas do conhecimento e competências, embora tenha sido apresentada como um elemento inovador, tem resultado na diluição dos conceitos fundamentais da Geografia. As categorias de ensino defendidas na BNCC— como tempo e espaço, território e fronteira, que são essenciais da Geografia — são abordadas de forma desconexa na Base, sem oferecer autonomia à disciplina. Isso compromete a aprendizagem dos educandos, pois pode prejudicar o desenvolvimento da compreensão crítica e ampla do espaço geográfico no qual estão inseridos.

Além disso, verificou-se que a BNCC prioriza o ensino voltado por competências e habilidades direcionadas ao atendimento das demandas da lógica de mercado, em detrimento da reflexão crítica e da formação autônoma e cidadã. A redução de carga horária para a inserção dos itinerários formativos reforça a responsabilidade dos professores em desenvolver projetos alinhados com os interesses econômicos, impondo mais desafios à implementação da Reforma do Ensino Médio.

Pode-se concluir, ainda, que a consolidação da Reforma do Ensino Médio, ancorada na BNCC, impulsiona o Ensino de Geografia para um lugar de perda identitária. A Geografia, que historicamente contribuiu para a leitura e interpretação do mundo, a formação para a cidadania, conscientização das desigualdades e complexidades territoriais, entre tantos outros fatores, vê-se ameaçada na formação de estudantes críticos e atuantes em sua realidade.

Dessa forma, é importante que, tanto a comunidade quanto os profissionais da educação básica busquem se engajar na defesa do ensino de Geografia, preservando um ensino pautado



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

nos conceitos essenciais da ciência geográfica, autônomo e, principalmente, focado na formação de indivíduos, com capacidade de compreender e interpretar a realidade em que estão inseridos.

Referências

ADRIÃO, Theresa, Peroni Vera. A formação das novas Gerações como campo para os negócios? In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; DOURADO, Luis Fernandes (orgs). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. ANPAE, Recife 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. MEC, Brasília, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. MEC, Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNC_EM_11-518_site.pdf.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e geração social**. Goiânia C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a Realidade Escolar Contemporânea: Avanços, Caminhos, Alternativas. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento-Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em <https://nepeg.com.pdf>.

Acesso em: abr. 2025.

CRESWELL, John Ward. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Editora Penso, Porto Alegre, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e Subjetivação capitalista. **Revista O Olho da História**, n.22, 2016. Disponível em: <http://www.olhodahistoria.ufba.br>. Acesso em: jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo, São Paulo, 2016.

DOURADO, Glhebia Gonçalves de Oliveira. Novo Ensino Médio: tecnologia da governamentalidade neoliberal na regulação do currículo e da docência. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Minas Gerais, p.234, Belo Horizonte, 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 2019. Disponível em:

DOI:<https://doi.org/10.21573/vol35n22019.95407>. Acesso em Jun 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa Qualitativa Básica**. Editora vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2025.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. *Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base*



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Horizontes**, v.36, n.1, p.16-30, 2018. Disponível em <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com/horizontes/article/view/603>. Acesso em abr.2024.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de Reforma do Ensino Médio e Implementação da BNCC? **Terra Livre**. Ano 36, vol.1, n.56. jan-jun, São Paulo 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.62516/terralivre.2021.2205>. Acesso em: jun 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Revista Educação e Pesquisa**, n.1, v.38, p.13-28, São Paulo, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201100500001>. Acesso em: Ago.2025.

NASCIMENTO, Marinalva Ferreira. A Geografia Escolar e a Linguagem Cartográfica no contexto da reforma do Ensino Médio, da BNCC e do DRC/MT uma análise em uma escola pública de Nova Xavantina/MT Goiânia 2024. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Geografia, do instituto de Estudos socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás. P.229, Goiânia, 2024.

NONATO, Priscila Paiva Medeiros; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. O Ensino de Geografia no Brasil: da Institucionalização da Lei Nº 13.415/2017 e da BNCC. **Revista de Ensino de Geografia**. V.12, n.22, p.77-101, jan/jun, Uberlândia, Minas Gerais, 2021. Disponível em : <https://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/>. Acesso em Mai 2025.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículos: teorias e políticas**. Contexto, São Paulo, 2023.

ROCHA, Bianca de Souza. BNCC e Geografia no Ensino Médio influência do Neoliberalismo nas reformas curriculares no Brasil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de Uberlândia. P.70. Uberlândia, 2020.

SANTOS, Leovan Alves dos. O Professor de Geografia do Ensino Médio: orientações curriculares recentes e os conteúdos relacionados à geopolítica. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, 228p, Goiânia, 2021.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática de significação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.32, nº93, p.175-195, dez.2018. Disponível em: <https://www.revistas.uspe.br/eav/article/view/152621>. Acesso em mai.2025.